POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NO BRASIL SOB O CAPITALISMO PANDÊMICO NO BRASIL

Fabiane Santana Previtali

Universidade Federal de Uberlândia/MG/Brasil

fabiane.previtali@gmail.com

Jacqueline de Andrade

Universidade Federal de Uberlândia/MG/Brasil

jacqueline@ufu.br

Introdução do Problema

O artigo analisa o trabalho docente na Educação Básica no Brasil Gerais sob a Pandemia Covid-19, com foco nos estados de São Paulo e Minas Gerais, quando se tem a difusão do teletrabalho no bojo da Indústria 4.0 do Neoliberalismo e da Nova Gestão Pública (NGP). O referencial teórico-metodológico está fundado na perspectiva do materialismo-histórico-dialético que baliza a revisão da literatura, a análise dos documentos e relatórios de pesquisas, bem como a análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em períodos selecionados.

Desenvolvimento

O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi registrado em 25 de fevereiro de 2020 e o governo Bolsonaro (2019 -), desconsiderou as medidas de isolamento e a aquisição de vacinas, conforme apuração em andamento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada para investigar as ações do governo federal.

O presidente chegou a chamar a doença de gripezinha e afirmou, em pronunciamento nacional, que as pessoas saíssem do isolamento e fossem trabalhar. O país teve o maior número de casos por Covid-19 na América Latina com 16.977.062 infecções e 472.531 mortes registradas desde o início da pandemia até 06 de junho de 2021 (REUTERS, 2021). Em 2020, o país atingiu a taxa de 11,9 milhões de desempregados, número esse elevado a 14,7 milhões no primeiro trimestre de 2021, um crescimento de 2,9 milhões de pessoas (IBGE, 2021). A vulnerabilidade da classe trabalhadora ao vírus potencializa os casos de Covid-19 no país e lança luzes sobre as

discrepâncias sociais, a concentração da renda e o concomitante aumento da pobreza e o escárnio com que essas questões são tratadas no âmbito do neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora perdeu direitos e renda, o capital auferiu enormes lucros, em especial, os setores ligados às tecnologias digitais sob a Indústria 4.0.

A Indústria 4.0 traz consigo o advento do teletrabalho, modalidade laboral em que a comunicação do trabalhador com a empresa, envolve transferências de informações codificadas sob forma eletrônica, fazendo-se uso das novas tecnologias informacionais e de comunicação, sob a forma de plataformas digitais (Apps) (CARUSO, 2018). Para Caruso (2018), o teletrabalho é dotado de grande flexibilidade ao poder ser realizado em qualquer lugar desde que haja um computador ou celular e conexão de internet.

No entanto, a flexibilidade ofertada ao capital é sinônimo de precarização para a classe trabalhadora que vivencia a perda de direitos sociais historicamente conquistados em meio a reformas trabalhistas que promovem contratos de trabalho precários e até mesmo nenhum contrato, como no caso dos trabalhadores uberizados.

Para Antunes (2020, p. 11), “a uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração”, sob a aparência de mais liberdade e menos controle e imposições.

Com a pandemia, o Ministério da Educação autorizou, em 18 de março de 2020, a adoção do ensino remoto e do teletrabalho docente em substituição as aulas presenciais (LIMA, 2020). Essa medida se deu sob forte contestação dos professores e demais profissionais da educação e seus sindicatos, em especial na esfera pública, considerando-se a forma aligeirada e desconsiderando as condições estruturais de trabalho e de vida da classe trabalhadora sob a pandemia (LEHER, 2020; PREVITALI; FAGIANI, 2020a). A Educação Básica é particularmente atingida pois trata-se do processo de ensino e aprendizagem de crianças e jovens dos 4 aos 17 anos (FAGIANI, 2018).

O teletrabalho remoto levou à redefinição do espaço da casa como também espaço do trabalho, implicando numa jornada de trabalho ainda maior em função das atividades domésticas, impactando em especial as mulheres, que compõem a grande maioria da força de trabalho na Educação Básica.

No que tange as relações laborais, destaca-se que, dos docentes na administração pública, 1.195.232 são concursados, possuindo, portanto, estabilidade funcional, planos

de carreira definidos e direitos trabalhistas assegurados. No entanto, as reformas neoliberais sob a NGP têm promovido a adoção de formas precárias do trabalho. Dados do INEP (2020) mostram que 543.874 docentes estão sob contratos temporários, sendo 55% nos municípios e 46% nos estados. E ainda, 5.626 encontram-se sob contratos terceirizados, sendo 85,5% nos municípios e 11,7% nos estados e 36.582 estão sob regime de contrato CLT, sendo 65,9% municípios e 33,9% nos estados. Conforme Previtali e Fagiani (2020b), entre os anos 2011 e 2019 houve um aumento de 19% dos docentes com vínculo contratual temporário no Brasil e de 28% na região Sudeste, sendo que no estado de Minas Gerais, um dos primeiros a adotar a NGP, o aumento dos contratos temporários foi de 61% no período considerado.

Sob o aumento dos contratos temporários, observa-se o crescimento de professores em caráter eventual ou intermitente (SOUZA, 2016). Se essa modalidade sempre esteve presente na carreira docente, sob as tecnologias digitais elas tendem à expansão (VENCO, 2019). Um exemplo de trabalho docente uberizado é a Biosferatech, empresa que desenvolveu o app Prof-e, Plataforma Colaborativa de Professores por Demanda para as escolas da Educação Básica. Na nova – e precária – modalidade de trabalho, o professor faz seu cadastro no app, e, se aprovado, pode ser chamado para substituir aulas presenciais ou de forma remota em qualquer cidade do Brasil, com educação à distância invertida (PREVITALI; FAGIANI, 2020b). Ainda, destaca-se que o salário pago ao professor na Educação Básica tende a ser menor que o de outros profissionais com nível de formação equivalente (ALVES; PINTO, 2011).

Atualmente, embora haja a obrigatoriedade, em nível nacional, do pagamento do piso salarial mínimo de R\$2.886,24 (\$922,28 dólares americanos) por 40 h/semanais ao professor da Educação Básica pública, apenas cerca de 45% dos 5.570 municípios brasileiros cumprem essa determinação (GOTTI, 2019).

Conclusões

O ensino remoto e o teletrabalho implicam no aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais na Educação Básica e ocorrem sob direcionamento da NGP que, por sua vez, estimula a presença de empresas educacionais privadas na educação pública, num processo crescente de subordinação da Educação Básica pública aos interesses mercadológicos e ideológicos privados.

No entanto, a organização e resistência dos professores contra a precarização e degradação do trabalho é um processo histórico, inerente à própria relação trabalho-capital. A resistência dos professores é indissociável da luta pela defesa da educação escolar enquanto esfera singular do processo de formação humana, caracterizada pela inter-relação professor-estudante num determinado tempo-espço, a qual informa a tomada de decisões, inclusive, em relação à tecnologia e não pode estar desprovido de humanidade.

Referências

- ALVES, T.; PINTO, J. M. Remuneração e Características do Trabalho Docente no Brasil: um aporte. *Outros Temas*, v.41 n.143, p. 606-639, maio/ago 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a14v41n143.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- ANTUNES, R. Trabalho Intermitente e Uberização do Trabalho no Limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo. 2020.
- CARUSO, L. Digital Innovation and the Fourth Industrial Revolution: epochal social changes? *AI & Soc.* v. 33. 2018. p. 379–392. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00146-017-0736-1>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- FAGIANI, C. C. *Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?* Uberlândia: Navegando, 2018.
- GOTTI, A. Piso salarial para professor: ele existe, mas nem todo mundo paga. *Nova Escola*, [s.l.], 7 out. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18450/piso-salarial-ele-existe-mas-nem-todomundo-paga>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- IBGE. INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desemprego*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 8 mai. 2021.
- INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Educação Básica, Sinopses*
- LEHER, R. *Universidades públicas, aulas remotas e os desafios da ameaça neofascista no Brasil*. Carta Maior, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Universidades-publicas-aulas->

remotas-e-os-desafios-da-ameaca-neofascista-no-Brasil/54/47699. Acesso em: 10 out. 2020.

PREVITALI, F. S. FAGIANI, C. C. Trabalho e Educação sob o Corona Vírus no Brasil. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F.; BRETTAS, A. (Orgs.). Pandemia Covid-19: a distopia do século XXI. Uberlândia: Navegando, 2020a. p. 123 -136.

PREVITALI, F. S. FAGIANI, C. C. Trabalho Digital e Educação no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo. 2020b. p. 217-236.

REUTERS. América Latina e Caribe: Covid-19. [Londres], 2021. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/regions/latin-america-and-the-caribbean/>. Acesso em: 6 jul. 2021.

SOUZA, A. N. de. Professores, Modernização e Precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 217- 228.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? Cadernos de Saúde Pública, n.35. p. 1-17, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v35s1/1678-4464-csp-35-s1-e00207317.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.